
A FRONTEIRA EM MOVIMENTO: UMA RELEITURA DA OBRA CAPITALISMO AUTORITÁRIO DE OTÁVIO VELHO

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

Clarine Thays Barbosa da Silva¹

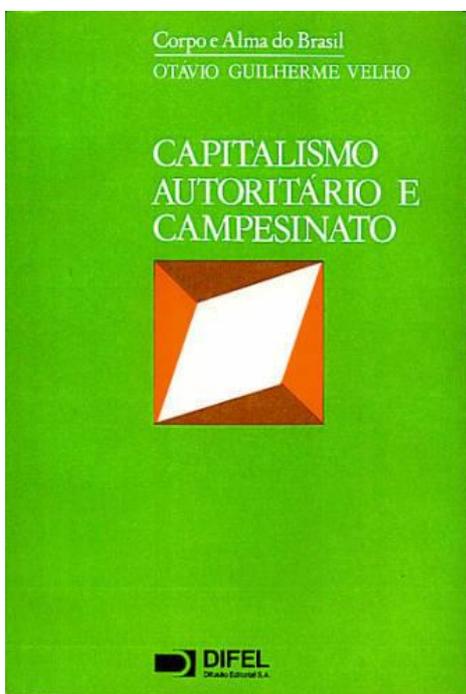
<https://orcid.org/0009-0007-7156-8348>

<http://lattes.cnpq.br/9264365432195656>

Carmentilla das Chagas Martins²

<https://orcid.org/0000-0001-6308-1096>

<http://lattes.cnpq.br/9177083233995620>



O objetivo desta resenha é apresentar uma releitura da obra *Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Considera-se que o conceito de fronteira em movimento, inaugurado como chave de interpretação para o avanço do capitalismo sobre novos espaços, merece ser revisitado. Toma-se como questão a multiplicação das fronteiras na contemporaneidade, que potencializou as interações sociais em diferentes espaços e tempos. A tese da fronteira em movimento se mostra como categoria para pensar as fronteiras invisíveis que são erguidas entre as classes, os gêneros e as etnias.

¹ Graduada em História e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira. Bolsista Plano para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amapá – PDIFF/AP. E-mail: clarine.thays69@gmail.com.

² Doutora e Mestre em Ciências Sociais. Professora Associada 1 no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, onde integra o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira-PPGEF e Programa de Pós-Graduação em Ensino de História-ProfHistória. E-mail: carmentilla@unifap.br

O autor é Professor Emérito da UFRJ, Bacharel em Sociologia – PUC-Rio (1964), Mestre em Antropologia Social – UFRJ/ Museu Nacional (1970) e Doutor em Sociologia – Universidade de Manchester, Inglaterra (1973). Pesquisador Sênior e Emérito do CNPq, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências, Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Membro Permanente da Congregação do Museu Nacional (UFRJ). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da Religião, atuando, principalmente, nos seguintes temas: campesinato, Amazônia, religião, globalização, ciência e sociedade, política e movimentos sociais.

Em sua forma original, este trabalho é fundamentalmente uma tradução do texto da tese defendida em 1973. Metodologicamente, a obra traz um estudo comparativo que não busca estabelecer padrões a partir da identificação de semelhanças e diferenças, entretanto, evidencia, através da comparação, os conflitos e contradições.

Na primeira parte do livro, Otávio Velho se utiliza da história, tanto da marcha para o Oeste nos Estados Unidos como da conquista da Sibéria na Rússia, com a finalidade de configurar um aporte para aplicar ao estudo da fronteira brasileira. Com esse conhecimento, constituiu generalizações sobre o desenvolvimento capitalista e a natureza do campesinato sugeridas por seu estudo. Os argumentos apresentados ao longo dos capítulos relacionam-se a construtos teóricos relevantes para a comparação.

É na segunda parte do trabalho que o autor operacionaliza tais construtos para entender o desenvolvimento político, econômico e social brasileiro, nossa agricultura camponesa e a fronteira em movimento. Ele não estava interessado na fronteira por si, mas, sim, em tomar a posição de estar na fronteira para apropriar-se do sentido histórico e social do desenvolvimento brasileiro. A terceira e última parte constitui-se das conclusões do antropólogo.

Na formulação de categorias e relações gerais, o autor discute sobre a “Tese de Turner”, mais especificamente, de Frederick Jackson Turner, o mais importante teórico e historiador da fronteira norte-americana. Contudo, a chamada *Turner Thesis* envolve não só a fronteira *per se*, mas implica uma “tese” geral sobre a sociedade norte-americana vista a partir da perspectiva da influência da fronteira sobre essa sociedade.

Em suas próprias palavras: “A existência de uma área de terras livres, o seu recuo contínuo e o avanço via povoamento americano em direção ao Oeste explicam o desenvolvimento americano” (Velho, 2009, p. 10).

A discussão da fronteira norte-americana o levou a perceber a possibilidade de distinguir o que provisoriamente poderia considerar diferentes tipos de desenvolvimento capitalista. Para ele, a visão mais usual da criação de uma sociedade capitalista supõe, esquematicamente, a formação, no interior da sociedade feudal, de uma burguesia, a qual, num determinado momento ou período do seu desenvolvimento, insurge-se contra o antigo regime e estabelece o seu domínio político sob os postulados da democracia liberal. Entretanto, Otávio Velho aponta para variados casos de desenvolvimento capitalista que, em grau maior ou menor, desviaram-se significativamente desse traçado, sendo classificados como exceções ou anomalias.

Segundo Velho (2009), todo caso de desenvolvimento capitalista é, num certo sentido, peculiar e único, pois se apresenta original e particular no que concerne aos seus aspectos basilares, cuja historicidade impede a repetição. A generalidade não deve ser buscada em casos individualizados, mas num padrão geral de que cada caso representa a corporificação de uma variação específica em uma série que, matematicamente, não conhece limites necessários.

A versão autoritária do capitalismo desenvolveu-se naqueles países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia. Ao mesmo tempo, essa não existência de uma burguesia forte relacionou-se, ao nível do econômico, com um “atraso” relativo desses países em relação ao progresso inaugurado pelas burguesias capitalistas que tendiam a dominar a cena mundial. Essas assumiram uma posição de liderança no sistema internacional, passando a pressionar os “atrasados”, e com isso o Estado assumiu o comando da modernização econômica e social. O capitalismo autoritário – ou, mais rigorosamente, o capitalismo com dominância autoritária – é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente.

No início do trabalho, Velho examina a visão de Turner de uma fronteira aberta e o efeito que ela tinha sobre os seus participantes e sobre a sociedade toda. Adiante,

observa que também existia a possibilidade de uma fronteira fechada, como um traço de um sistema de repressão da força de trabalho. No entanto, verifica que quando um sistema de repressão da força de trabalho evolui para um capitalismo autoritário, a fronteira não utilizada torna-se um recurso importante. Surge assim um terceiro tipo de fronteira, por ele denominada de fronteira aberta, porém controlada.

Assim, o que a fronteira, quando se abre, parece representar, é na verdade um *locus* privilegiado para o desenvolvimento da pequena agricultura. No caso do campesinato, significa que na fronteira este não é mais um resquício de uma formação anterior ou de uma formação em processo de desaparecimento. Porém, depois de perceber isso tudo, permanece o fato de que a fronteira é um *locus* muito importante para que se deem todos esses desenvolvimentos. Na verdade, pode ser o *locus* onde o enfraquecimento da subordinação e a ascensão social melhor se combinam, e é por isso mesmo que o autoritarismo se preocupa tanto em controlar o movimento de fronteira.

Na segunda parte do trabalho, o autor discute que a crise do capitalismo autoritário, devido às contradições geradas pelo seu próprio desenvolvimento (juntamente com as crises gerais do capitalismo), pode levar a uma solução fascista ou a uma solução socialista. Ambas as possibilidades aparecem juntas, e até agora só o fizeram em contextos capitalistas autoritários. Esquemáticamente, para Velho, um campesinato decadente tende a aceitar e até a apoiar o fascismo, por medo das novas forças geradas pelo desenvolvimento capitalista. Já um campesinato em desenvolvimento do tipo favorecido por uma fronteira, ao contrário, tende a se inclinar – uma vez apresentada a alternativa – na direção da solução contrária.

Ao analisar o caso brasileiro, o autor destaca que a comparação entre o desenvolvimento americano e o brasileiro pode ser traduzida para as categorias que utiliza neste estudo, assim trata-se do contraste entre um sistema baseado no trabalho livre e um sistema de repressão da força de trabalho. Enquanto os Estados Unidos se caracterizavam como uma colônia de povoamento, o Brasil era denominado como colônia de exploração, considerado uma colônia de *plantation*, sendo desde o início uma fonte de acumulação primitiva capitalista.

No Brasil, outras modalidades de economia, descritas pelo autor como campesinato marginal, foram responsáveis pela extensão de nossas fronteiras políticas muito além do domínio físico efetivo da *plantation* e dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. O campesinato marginal, que teve um crescimento a partir da década de 1920, engloba indivíduos conhecidos por vezes como caboclos ou caipiras, os quais estavam voltados para uma agricultura destinada ao autoconsumo, mantendo laços frouxos com o mercado.

Muitos desses indivíduos, na verdade, constituíam uma espécie de “exército agrícola de reserva” para a *plantation* em seus momentos de expansão cíclica. Muitos outros, no entanto, nunca foram apanhados pela expansão da economia de *plantation*. (Velho, 2009, p. 107). Além disso, o campesinato marginal estava associado ao lazer e ao trabalho pouco e fácil, que garantia a subsistência, mas não a ascensão social.

Com a exceção da ocupação do Acre no começo do século, a expansão territorial do Brasil a partir do século XIX restringiu-se à ocupação de território não disputado por outros países. Contudo, durante muito tempo tratou-se de um movimento do tipo “frente de expansão”, que em muitos casos se aproximava da marginalidade. Apesar disso, a existência de grandes espaços “desocupados” no país, acreditando-se conter vastos recursos, continuou a ser um elemento importante em um discurso de desenvolvimento do Brasil, ganhando força a partir da década de 1930, especialmente com o estabelecimento do Estado Novo, quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado à ideologia do regime.

Ao considerar que Turner confirma a excelência da fronteira como matéria-prima para a elaboração de mitos, sobretudo os que dizem respeito ao estabelecimento da identidade nacional em países novos. Velho discorre que Cassiano Ricardo, em sua obra principal, *Marcha para Oeste* (1940), assim como Turner, está consciente da importância da fronteira como mito. Além disso, para Turner a fronteira é o *locus* onde se desenvolve a democracia americana, e para Ricardo a experiência da fronteira leva ao desenvolvimento do autoritarismo brasileiro. Em ambos os casos, a fronteira é utilizada como matéria-prima para a criação de mitos de origem (Velho, 2009, p. 136).

O autor aponta que muitos dos textos escritos durante o Estado Novo estavam repletos de ideias de que as “fronteiras políticas” estariam à frente das “fronteiras econômicas”, e que essas últimas precisariam alcançá-las, principalmente em um país considerado “atrasado”. A partir disso, surge a ênfase no movimento de fronteira como um meio de preencher os espaços vazios entre as ilhas econômicas que formavam o Brasil, o que também era um reforço do tema autoritarista clássico. Precisava haver uma “unidade nacional”, uma “integração”, e assim havia uma perspectiva nacional em oposição às visões regionais. Ainda, reforçava também a ideia popular de que o Brasil era rico em recursos não aproveitados cuja existência lhe garantia ser “o país do futuro”.

Com isso, Otávio Velho (2009) aponta que este discurso, durante o Estado Novo, indica que havia uma relação potencial e real entre um certo tipo de movimento de fronteira e o autoritarismo. Também discute que, tal como no caso da transferência da capital, a ocupação da Amazônia era falada há muitos anos. Mas somente na década de 60, após a abertura da rodovia Belém-Brasília, é que parece terem surgido condições reais para que essa ocupação definitiva e em grande escala começasse a se materializar.

Diante disto, o autor demonstra que uma das melhores indicações de como o capitalismo autoritário no Brasil já foi bem longe no seu desenvolvimento está no fato não só de ter sido capaz de criar um escudo nacionalista adequado que protegeu os seus primeiros passos, como também de ter podido, depois de garantido esse desenvolvimento inicial, buscar gradativamente um novo *modus vivendi* com o capitalismo internacional. Essa compreensão é básica para um entendimento claro e global da natureza do capitalismo autoritário. Além disso, para Velho, no capitalismo autoritário o que é necessário não é sempre automático, mas depende de uma implementação política. O problema se apresenta se essa implementação política será levada a cabo ou não, o que é em si mesmo uma questão básica para a compreensão das possibilidades abertas para o futuro do capitalismo autoritário no Brasil.

Na terceira parte de seu trabalho, Otávio Velho discute que apesar da existência de um regime autoritário, o capitalismo autoritário no Brasil nos últimos anos tem sido um tanto empirista na tomada de todos os passos necessários para o seu pleno amadurecimento. Isso é demonstrado pela ausência de uma ideologia autoritária

consistente, tal como tendeu a surgir durante o Estado Novo. Para o autor, essa ausência de uma ideologia e de uma estratégia política autoritária globais e consistentes tem paradoxalmente confundido a maioria dos críticos e analistas do regime, que têm identificado as características de fases particulares do seu desenvolvimento com o próprio regime.

Em seu trabalho de campo na região de fronteira de Marabá, Velho (2009) coletou material de natureza ideológica que pareceu lhe fornecer uma indicação sobre a disposição do novo campesinato de fronteira capaz de servir como uma ilustração das consequências paradoxais do desenvolvimento capitalista autoritário. Para ele, em situações capitalistas autoritárias, onde apesar de mudanças e de uma trajetória social descendente o campesinato não desaparece, este provavelmente vincula-se a uma posição estatal ideologicamente paternalista (e em alguns casos pode até eventualmente fornecer as bases de um apoio de massa para o fascismo).

Na região de Marabá, no entanto, o autor afirma que não é esse o caso entre os camponeses ligados à colonização “espontânea” imediatamente anterior à Transamazônica. O que encontrou em Marabá não lhe parece tão diferente da ideologia usual do camponês marginal, e assim representa, num nível ideológico, a face complementar e oculta do sistema de repressão da força de trabalho. Mas como já se afirmou, o capitalismo autoritário, para parte do campo brasileiro, sobretudo em áreas de fronteira, não parece ter alternativa, a não ser, a longo prazo, a criação de um caos patológico.

Para Velho (2009), tudo isso pode servir como uma defesa inesperada de algumas das ideias de Frederick Jackson Turner acerca dos efeitos democráticos da fronteira sobre uma sociedade, embora radicalmente reinterpretadas. No entanto, isto não deve levar a uma nova reificação da fronteira, pois, para ele, é a trajetória social ascendente de indivíduos e classes e os limites impostos a essa ascensão que são cruciais. Deve-se também evitar qualquer economicismo que vincule mecanicamente posição socioeconômica e atitude política.

Considera-se que não só a trajetória é crucial, mas ela também pode ser alterada politicamente, bem como as ideologias de grupos, partidos e classes, conforme as

situações concretas, podem atuar coercitivamente para que subordinados internalizem concepções dominantes. Em análise epistemológica, é a disputa pela hegemonia que decide o futuro das sociedades humanas. Nessa disputa, a existência de uma massa de pequenos produtores que não seja apenas resquício de outrora, exhibe um aumento de possibilidades de a classe trabalhadora não ser isolada e do fascismo não incidir sobre o desenvolvimento do capitalismo autoritário como uma solução para as suas próprias contradições.

Muitos marxistas, por exemplo, tendem implícita ou explicitamente a ver o Estado capitalista como sendo necessariamente um agente direto da burguesia. O autor espera que este trabalho possa ajudar a mostrar a existência de outras possibilidades, das quais deriva a importância primordial de se vir a examinar em detalhe a burocracia governamental, sobretudo (mas não exclusivamente) a burocracia militar. Em sua nota final ele faz algumas considerações sobre o destino das sociedades que experimentaram (e experimentam) o capitalismo autoritário.

Na atualidade a argumentação de Otávio Velho sobre o desenvolvimento do capitalismo autoritário possibilita análises sobre suas consequências para os trabalhadores como um todo. As fronteiras que dividem soberanias territoriais escondem as fronteiras invisíveis constituídas no interior das nações e protegidas pelas cidadanias. Fronteiras invisíveis que configuram interações sociais mediadas pelos autoritarismos forjados em sociedades cujas condições existenciais subordinam – ou, traduzida numa linguagem atual: subalternizam. Uma releitura da obra de Otávio Velho significa entender que o mito do mundo sem fronteiras, cria a ilusão que o trabalhador livre pode se movimentar para onde desejar. No entanto essa ilusão torna invisíveis as fronteiras construídas por marcadores sociais como classe, gênero e etnia, que qualificam existências históricas e sociais.